

O Jornalismo em Primeira Pessoa em Podcasts Narrativos: Encontros e Tensões Deontológicas¹

Luana VIANA²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

Na contemporaneidade, percebe-se uma ascensão de narrativas que recorrem ao uso da primeira pessoa em podcasts jornalísticos por parte do narrador. A partir disso, este artigo tem como problema de pesquisa investigar como a narrativa em primeira pessoa nessas produções se estabelece frente à objetividade, neutralidade e imparcialidade – técnicas que embasam o jornalismo. Nosso objetivo, portanto, é mapear em quais circunstâncias os narradores se colocam no centro do relato. Para tanto, realizamos uma observação sistemática no primeiro episódio dos podcasts Caso Evandro e Praia dos Ossos. Como principais resultados, encontramos o predomínio da primeira pessoa nas seguintes situações: a) Explicar seu envolvimento com o fato; b) Compartilhar sentimentos com os ouvintes; c) Relatar as limitações do próprio jornalismo; e d) Explicar processos de apuração.

PALAVRAS-CHAVE: Podcast narrativo; Jornalismo de subjetividade; Jornalismo confessional; Jornalismo em primeira pessoa.

Introdução

O pesquisador inglês Richard Berry (2019) realizou um estudo com a finalidade de mapear algumas características intrínsecas ao podcast. Como resultado de sua investigação, Berry aponta cinco principais traços do formato: intimidade, informalidade, inovação, independência e a (des)intermediação. O fato do ouvinte fazer uma escolha deliberada ao ouvir um podcast cria um vínculo – duradouro ou não – entre o ouvinte e o produtor, fato que proporciona abertura para a intimidade. Com a intimidade, vem a informalidade, então, para o autor, podcasts são uma forma íntima de mídia que assumem um tom informal de conversa.

Em paralelo a isso, vivemos um momento em que há, cada vez mais, uma centralidade dos sujeitos. Diante desses contextos, tem havido uma ascensão de podcasts jornalísticos em que o narrador recorre ao uso da primeira pessoa – mais especificamente no radiojornalismo narrativo em podcasting (KISCHINHEVSKY, 2018). Nessas produções, a fala do narrador é direcionada ao ouvinte, visando estabelecer uma relação de diálogo e laços de intimidade, como

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e membro do Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (PPGCOM/UFOP) e do Grupo de Pesquisa Laboratório de Mídia Digital (PPGCOM/UFJF). Email: lviana.s@hotmail.com

quem compartilha impressões e conta segredos. Isso contribui, inclusive para potencializar experiências imersivas por parte do ouvinte (VIANA, 2020).

Deuze e Witschge (2016) veem o jornalismo tanto enquanto produto quanto como uma resposta ao seu ambiente, e é neste sentido que os sujeitos também têm ocupado um espaço maior nos relatos informativos. Se antes ao jornalismo já cabia a tarefa de relatar as ações humanas, agora há uma forte tendência do discurso sobre o próprio jornalista. Este artigo, então, parte do seguinte questionamento: como a narrativa em primeira pessoa nessas produções se estabelece frente à objetividade, neutralidade e imparcialidade – técnicas que embasam o jornalismo?

O objetivo dessa investigação é mapear em quais circunstâncias os narradores se colocam no centro do relato. Temos como hipótese o fato de que ao usar a primeira pessoa, é possível que o jornalista também reforce códigos deontológicos da profissão. Para embasar nossa pesquisa, realizamos uma observação sistemática a partir do primeiro episódio do Caso Evandro³, quarta temporada do Projeto Humanos, e do primeiro episódio do podcast Praia dos Ossos⁴, produzido pela Rádio Novelo.

Objetividade, neutralidade e imparcialidade: valorização da técnica

Sem a pretensão de reduzir o jornalismo a uma única atribuição, a mediação da realidade pode ser considerada a base para as discussões que seguem entorno dessa prática. Sua gênese, portanto, é a de se constituir como prática social de mediação discursiva entre os fatos e a sociedade. O fato, então, torna-se objeto dessa relação e uma informação só será verdadeira se fiel a ele.

Dessa forma, o jornalismo enquanto prática social está ancorado na ideia de que o conhecimento produzido pelo jornalista se baseia em uma rigorosa observação do fato. O resultado desse processo é o que Sponholz (2009) chama de realidade midiática. Para a autora, durante o processo de construção dessa realidade, “quando se reclama a aplicação do profissionalismo, três são os princípios básicos que resumem as condições de eficácia do conhecimento alcançado pelo repórter: objetividade, neutralidade e imparcialidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 41).

Enquanto Sponholz associa o uso da objetividade, neutralidade e imparcialidade às “condições de eficácia” do trabalho jornalístico, Tuchman (2016) defende que esses elementos

³ Disponível em: <https://www.projetohumanos.com.br/temporada/o-caso-evandro/> Acesso em 16 abr. 2021.

⁴ Disponível em: <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/> Acesso em 16 abr. 2021.

são procedimentos rituais utilizados para que o jornalista neutralize potenciais críticas e se proteja de riscos de sua profissão, aproximando-se assim de uma eficiência. A aplicação desses artificios acabou tornando-se uma técnica que rege os preceitos éticos e deontológicos do jornalismo. Em outras palavras, ainda é recorrente a crença de que o jornalismo só será fiel a realidade se obedecer a esses princípios.

Tuchman (2016, p. 114) elabora sua argumentação mais especificamente em torno da objetividade, defendendo que seu uso é parte de um ritual estratégico para o exercício do trabalho jornalístico, servindo para minimizar os riscos impostos “pelos prazos de entrega, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores”. Para ela, ao realçar a objetividade, os jornalistas estão lutando contra estas pressões.

A objetividade pode ser encarada enquanto um conceito polissêmico: “Às vezes, objetividade é entendida como um princípio geral que reúne as regras de abrangência (*‘tell the whole story’*), *fairness*, equilíbrio, independência, transparência das fontes, separação de notícias e comentários, precisão, imparcialidade, veracidade, neutralidade e foco em fatos” (SPONHOLZ, 2009, p. 17). A neutralidade e a imparcialidade também assumem discussões plurais – muitas vezes interseccionais à objetividade – e, por isso, vamos discorrer sobre tais conceitos considerando duas principais perspectivas: 1) princípio ético; e 2) procedimento metodológico.

A objetividade sob a ótica do princípio ético refere-se à fidelidade ao fato, ou seja, corresponde a uma “semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática” (SPONHOLZ, 2009, p. 17), ou, em outras palavras, “significa a correspondência entre o dito pela notícia e o fato real noticiado. É o conceito de verdade, no realismo, fundado sobre o primado do fato, estável, absoluto e disponível, que deve ser conhecido especularmente” (GUERRA, 2008, p. 42). Essa condição refere-se, então, ao efetivo cumprimento do imperativo ético e deontológico fundante da atividade jornalística.

O procedimento metodológico refere-se ao caminho para se alcançar o princípio ético. Para Guerra (2008), a objetividade enquanto correspondência entre a notícia e o fato exige o cumprimento de três prescrições metodológicas: 1) a intenção do repórter; 2) o rigor na realização dos procedimentos de investigação; e 3) a redação jornalística. Vemos o terceiro item, entretanto, mais pelo ponto de vista estilístico do que efetivamente como uma garantia de fidelidade à representação da realidade.

De qualquer maneira, a respeito dessa última prescrição, destacamos que o *lead* é a ferramenta mais recorrente dentre as utilizadas pelos profissionais na tentativa de se alcançar a objetividade. Para Guerra (2008, p. 41),

na estrutura da notícia, por exemplo, o lide e a pirâmide invertida expressam muito bem essa ideia: primeiro o essencial do fato, depois as explicações secundárias, sem se prender necessariamente à cronologia dos acontecimentos. Além disso, a própria construção das frases e dos períodos pede uma estrutura enxuta, direta e termos de uso corrente do cotidiano das pessoas (GUERRA, 2008, p. 41).

Somada à estratégia de apresentar o acontecimento a partir de seus aspectos mais importantes, Tuchman (2016) aponta, ainda, o uso judicioso das aspas no texto jornalístico, já que dessa forma o repórter se absteria de omitir sua opinião. Essa última prática também está associada ao preceito de neutralidade do trabalho jornalístico.

À luz do princípio ético, a neutralidade refere-se à isenção do profissional diante da gama de interesses que envolvem um determinado fato. “Sob neutralidade entende-se aqui a abstenção de expor-se a própria opinião” (SPONHOLZ, 2009, p. 27). Como procedimento metodológico,

trata-se da tese segundo a qual para apreender o fato, seria preciso que o jornalista tivesse a capacidade de pôr em suspensão seus valores, pré-conceitos, suas crenças. Seria a capacidade de abrir-se ao sentido de realidade contido no fato em si. A neutralidade considerada desta forma se constitui em um procedimento metodológico que tornaria possível a objetividade. Controladas as injunções subjetivas, o repórter estaria apto a conhecer o fato (GUERRA, 2008, p. 45).

Há pelo menos duas reflexões a serem feitas sobre essa citação. A primeira vai ao encontro da argumentação de Sponholz (2009) de que não ter nenhuma opinião sobre um assunto ou abdicar-se dela não significa que há melhores condições de se produzir uma notícia objetiva. Para a autora, “neutralidade, entendida aqui como a abstenção de expor a própria opinião ou subjetividade, não é, portanto, um pressuposto para uma cobertura jornalística objetiva” (SPONHOLZ, 2009, p. 28). Se por um lado o distanciamento do jornalista permite um olhar objetivo sobre o fato, como aponta Guerra, por outro, também pode proporcionar uma cobertura superficial sem que sejam compreendidas a fundo algumas motivações.

A segunda reflexão é complementar à primeira. Há fatos tão complexos que não se apresentam evidentes para serem completamente conhecidos, são necessárias investigações mais aprofundadas. Anderson *et al.* (2003, p. 33) acreditam que “o papel do jornalista – como porta-voz da verdade, formador de opinião e intérprete – não pode ser reduzido a uma peça

substituível para outro sistema social; jornalistas não são meros narradores de fatos”. Para os autores, o profissional não deve se limitar em tornar a informação disponível, mas deve também contextualizá-la de modo que ela chegue ao público e que nele repercute. Diante disso, a busca implacável pela neutralidade pode incorrer ao risco de prejudicar o processo de conhecimento tanto por uma renúncia à investigação jornalística, quanto pela redução a uma mera tarefa de divulgação.

Diante de fatos polêmicos, outra técnica é apontada como uma forma de o jornalista chegar mais próximo da verdade: apresentando versões que disputam a validade em relação ao fato. Em outras palavras, sendo imparcial. O princípio ético relacionado à imparcialidade reside em assegurar o direito dos envolvidos em discutir o fato. Neste sentido, a imparcialidade “é uma atitude ética que reconhece os interesses em jogo e leva-os em consideração para, no mínimo, promover um debate que deixe claro os diferentes pontos de vista existentes em relação ao fato polêmico” (GUERRA, 2008, p. 46).

O método para alcançá-la seria, segundo Guerra (2008, p. 48), baseado a partir de três procedimentos: 1) apresentação dos argumentos conflitantes; 2) garantia de espaço; e 3) garantia de acesso iguais entre as partes interessadas. O objetivo de ser imparcial, entre outros, é de expor a pluralidade e o contraditório, incluindo as divergências que rodeiam o fato. Essa prática também é conhecida como *fairness*.

O quadro abaixo resume as discussões apresentadas sobre os três conceitos em suas duas dimensões:

Quadro 1 – Princípios éticos e procedimentos metodológicos

Conceito	Princípio ético	Procedimentos metodológicos
Objetividade	Fidelidade ao fato	1) Intenção do repórter; 2) Rigor na investigação 3) Redação jornalística
Neutralidade	Abstenção da opinião do jornalista	Suspensão de valores, pré-conceitos e crenças
Imparcialidade	Assegurar o direito dos envolvidos em discutir o fato	1) Apresentação dos argumentos conflitantes; 2) Garantia de espaço 3) Garantia de acesso iguais entre as partes

Fonte: elaboração própria com base em Guerra (2008), Sponholz (2009) e Tuchman (2016)

Esse quadro resume o que por muito tempo foi tido como a fórmula básica e única do bom jornalismo. No entanto, a técnica aqui é superestimada em detrimento da relação entre sujeitos e dos processos de apuração que o contar histórias envolve. Ijuim *et al.* (2008)

defendem que construir narrativas deve contemplar uma contextualização precisa e profunda, que vai ser alcançada por meio de uma observação cuidadosa dos fenômenos sociais. Sendo assim, os autores questionam:

Como pode o comunicador construir narrativas se contar somente com fatores objetivos, uma razão empobrecida pela supremacia da técnica e da eficiência? Como pode o repórter “dar o fato” sem compreender os nexos de uma realidade complexa? Como pode este jornalista narrar as ações humanas se não estiver sensível e solidário às dores universais? (IJUM *et al.*, 2008, p. 140).

A rigidez do cumprimento da objetividade, neutralidade e da imparcialidade vem cedendo espaço para uma narrativa autoral, marcada por estilos singulares do jornalista, sem que se deixe de lado a ética da profissão. Essa mudança dialoga com o que Deuze e Witschge (2016) levam em consideração sobre o modo pós-industrial do jornalismo: uma realidade que pede por novas maneiras de conceituar e pesquisar a experiência vivida dos jornalistas.

O argumento que desenvolvemos, portanto, é que os preceitos deontológicos que regem o jornalismo podem ser contemplados ainda que o jornalista relate os fatos em primeira pessoa. Em outras palavras, acreditamos que é possível manter autêntico o processo de produção do jornalismo tendo a narrativa atravessada pela subjetividade do narrador.

Jornalismo e subjetividade: centralidade dos sujeitos

O amparo do relato jornalístico na objetividade, neutralidade e imparcialidade contribuiu para que o jornalismo se notabilizasse como o lugar da verdade. Além disso, no entanto, reforçou a ideia de que uma informação apenas seria verdadeira se seguisse essas diretrizes técnicas. É contrariando parte desse estigma que, de acordo com Moraes (2019, p. 206), “os caminhos parecem apontar para a superação – ao menos na teoria – da ideia de um profissional vazio que apenas relata os fatos. Mas, na prática, continua valendo principalmente para as audiências, a ideia de uma pureza que se traduz em verdade única”.

Percebe-se, então, que há certa dificuldade em compreender a diferença entre o relato objetivo e o compromisso jornalístico com a realidade. A confusão de significados sustenta-se na crença errônea de que há apenas uma verdade, única e absoluta, dos acontecimentos retratados pelo jornalismo. Essa concepção é criticada por Gomes (2009) que recorre às influências do perspectivismo nietzschiano sobre a práxis jornalística para embasar sua argumentação. Para o autor, “não há verdade, mas verdades, cujas validades são relativas ao interior das fronteiras das respectivas formas de vida” (GOMES, 2009, p. 42).

Todo relato traz consigo marcas de subjetividade. Gomes, por exemplo, acredita que sem o olhar de um intérprete, o fato existe apenas como matéria a-significativa. Concorde, ainda, que é possível interpretar um fato de várias maneiras, mas que não é possível, legitimamente, fazê-lo dizer o que efetivamente não diz. Para ele, “é bem verdade (e o perspectivismo nos ensinou isso) que o nosso conhecimento intervém sobre as coisas de algum modo ‘alterando-as’, mas alterar aqui significa organizar, fazê-la existir como polo de uma relação cujo outro correlato somos nós” (GOMES, 2009, p. 57).

A subjetividade no jornalismo, então, não se constitui como antagonista da objetividade, mas sim como parte dela – e vice-versa. Para Moraes (2019), a subjetividade é formada a partir de um ambiente histórico dado, objetivo. Há também a perspectiva contrária: de que o objetivo é construído a partir do subjetivo. Para Vilas Bôas (2017, p. 38),

É preciso considerar também que essas notícias se originam e se conformam a partir de valores e normas partilhados socialmente e que é justamente nesta partilha que se define o que interessa, o que é mais caro (...). Nesses termos, parece-nos oportuno reafirmar que, sendo os sujeitos definidos numa trama ampla de relações sociais, culturais e históricas, o jornalismo é, ao mesmo tempo, constituído por subjetividades partilhadas e constituidor delas.

Se a subjetividade é formada a partir da objetividade ou se é formadora dela, o que predomina em tais discussões, todavia, é a norma pragmática que orienta tanto as dimensões objetivas quanto as subjetivas: a veracidade, que se reafirma como compromisso e como princípio moral da atividade jornalística. Sendo assim, temos que

verdadeiros, portanto, são os enunciados que descrevem as coisas e fatos e, assim, mostram, revelam como eles são. O perspectivismo nos ensinou que é impossível aceitar um conceito de verdade em que para ser verdadeiro o enunciado descritivo devesse descrever os fatos em si mesmos a prescindir de qualquer conhecimento possível destes (GOMES, 2009, p. 61).

Os recursos da subjetividade têm ganhado espaço nas atuais narrativas e revelam-se como potenciais ferramentas para a construção de relatos jornalísticos, principalmente para os que envolvem descrição, interpretação e aprofundamento dos acontecimentos. Moraes (2019, p. 207) defende que a subjetividade como elemento “passou a ser uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos. Ela traz de maneira mais ampla, profunda, as camadas de existência dentro desses ambientes”.

A autora, então, propõe o termo “jornalismo de subjetividade” como caminho para demarcar a importância do subjetivo, historicamente rechaçado no campo noticioso. Esse jornalismo busca explorar como algumas questões sociais se traduzem nas pessoas e como são devolvidas ao mundo, além de promover uma autocrítica do próprio campo que privilegia a narrativa a partir de um enquadramento tradicionalmente hegemônico sobre o ideal da objetividade.

A prática da subjetividade ressalta o que há de pessoal na atividade do repórter, favorecendo a observação de sutilezas e destacando circunstâncias contextuais e marginais do fato. Busca retratar, inclusive, eventos simples do cotidiano e experiências comuns, indo em busca de “um modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular, mas que se interessa também pelo banal; não pelo insólito, mas aquilo o que é evidente: não pelo exótico, mas pelo endótico (neologismo criado por George Perec para dar conta do evidente que não se vê)” (MORAES, 2019, p. 210). Recorrer a estratégias subjetivas, portanto, não se trata mais de iniciar uma disputa de legitimação da atividade, mas sim de estabelecer relações e de evidenciá-las dentro do processo jornalístico.

Dentro do espectro de possibilidades narrativas que evidenciam o uso da subjetividade, um tipo específico tem se destacado. Vilas Bôas (2017, p. 38) relata que “o que temos observado, contudo, nos últimos anos, é a tendência de um jornalismo em que repórteres falam de si mesmos, de suas experiências pessoais colocando-se no centro do interesse de suas pautas”. Coward (2013) denomina esse jornalismo de “confessional” e acredita que estamos vivendo um contexto de emergência de produtos marcados por uma fala dos jornalistas em primeira pessoa.

Peças pessoais e histórias da vida real em primeira pessoa tornaram-se cada vez mais abundantes, quer escritas pelos próprios protagonistas ou “como contadas a” jornalistas. As reportagens tornaram-se mais íntimas e confessionais, enquanto até mesmo as notícias do noticiário agora incluem muitas histórias pessoais. Todos os jornalistas estão cientes da pressão para humanizar as histórias, incluindo experiências mais pessoais e íntimas, incluindo auto-revelações⁵ (COWARD, 2013, p. 6, tradução nossa).

A autora destaca que a ascensão desse tipo de jornalismo pessoal cresceu rapidamente nos últimos anos, muito em decorrência da atual “sociedade confessional” que não se priva de

⁵ No original: Personal pieces and first-person real-life stories have become ever more abundant, either written by the protagonists themselves or ‘as told to’ journalists. Features have become more intimate and confessional while even News stories now include many personal stories. All journalists are aware of the pressure to humanise stories by including more personal and intimate experiences including self-revelations.

compartilhar experiências e impressões pessoais. Entretanto, reconhece que a voz autoral nas produções informativas não é um fenômeno recente, pelo contrário, está presente há anos nos editoriais e artigos de opinião, geralmente atuando como um papel crucial no engajamento dos leitores.

Coward (2013) apresenta o jornalismo confessional ilustrando-o de duas maneiras: 1) O relato do próprio jornalista em primeira pessoa, que participa da história e compartilha suas experiências; e 2) Relatos em que há ênfase nas experiências pessoais dos sujeitos das histórias. Neste trabalho, nos interessa especificamente o primeiro estilo. Segundo Lindgren (2020, p. 114), “em nenhum outro lugar, essa tendência é mais óbvia que nos desenvolvimentos recentes do podcasting, em que podcasts dos EUA apontam o caminho com abordagens pessoais e subjetivas de narrações”.

No Brasil, a tendência é a mesma nas produções narrativas, já que é sintomática a influência da série estadunidense *Serial* nas primeiras produções nacionais de radiojornalismo narrativo em podcast (KISCHINHEVSKY, 2018). De acordo com Lindgren (2020, p. 120), *Serial* “instigou uma discussão internacional sobre radiojornalismo narrativo e sua abordagem muito pessoal de contação de histórias, que se tornou a assinatura de [Sarah] Koenig”.

O jornalismo em primeira pessoa em podcasts narrativos

Em “O diferencial da cegueira: estar além dos corpos”, Rudolf Arnheim apresenta algumas reflexões sobre o poder do rádio frente à construção de cenas sonoras por meio da expressão da arte, e são elas que vão amparar as histórias narradas. No capítulo em questão, o autor afirma categoricamente que “a arte radiofônica parece sensorialmente deficiente e incompleta diante das outras artes – porque ela não conta com o nosso sentido mais importante, que é a visão” (ARNHEIM, 2005, p. 62).

Dessa forma, segundo Arnheim, cabe ao ouvinte “completar” com sua própria imaginação o que está “faltando” tão claramente na transmissão radiofônica. Todavia, alerta: “e, no entanto, nada lhe falta! Pois a essência do rádio consiste justamente em oferecer a totalidade somente por meio sonoro” (ARNHEIM, 2005, p. 62). Ainda que o autor se refira ao poder expressivo do rádio voltado especificamente para as transmissões artísticas do século passado, seu estudo traz pontualmente uma importante reflexão para este trabalho: a de que a linguagem radiofônica abre espaço para a imaginação de sua audiência, momento em que o rádio transpõe tempo e distância para contar histórias, aproximando-se de seu público.

A contação de histórias no rádio que explora experiências pessoais vividas ganhou força ainda nas décadas de 1950 e 1960, quando a televisão surge e toma para si grande parte dos anunciantes e a era de ouro radiofônica caminha para o fim. O rádio precisa se renovar para sobreviver frente a um meio que oferece ao seu público a imagem além do som: “perdem espaço os programas de auditório e ganham força os comunicadores com seus programas de prestação de serviços, noticiário policial ou entrevistas, que podiam ser produzidos a custo infinitamente inferior” (KISCHINHEVSKY, 2007, p. 23).

Além da programação, há alteração também na relação com os ouvintes, que ganham mais espaço na emissora ao irem para o ar contando seus dramas e histórias pessoais, principalmente as de amor não correspondido, situação que, segundo Kischinhevsky (2007), garantiria, de certa maneira, a manutenção da identificação cultural antes estabelecida pelas radionovelas (diluídas com a chegada da televisão). Se durante a Era de Ouro do rádio predominavam as histórias pessoais de personagens fictícios dentro das novelas, com o passar dos anos o ouvinte torna-se protagonista desses relatos – agora ancorados na realidade.

Mais recentemente, o podcast revisita as estratégias sonoras radiofônicas também para contar histórias nas produções narrativas. Para Lindgren (2020), essa prática está perfeitamente posicionada em ambas as mídias sonoras para explorar experiências pessoais vividas. Entretanto, o uso de fones de ouvido para consumo dos podcasts apresenta-se como um impulsionador específico para estabelecer relações ainda mais íntimas com o ouvinte. Para a autora,

diferentemente de histórias produzidas para as telas, em que emoções são representadas de forma visual, histórias em áudio (prontamente disponíveis em smartphones) exploram nossas vidas por meio de sons e da palavra falada, sussurradas intimamente em nossos ouvidos. O espaço personalizado de escuta criado por fones de ouvido acomoda ainda mais o vínculo criado entre as vozes na história e o ouvinte (LIDGREN, 2020, p. 114).

Para McHugh (2016, p. 65) “o podcast está fomentando um novo gênero mais informal de narrativa em áudio centrado em um relacionamento forte entre o apresentador e o ouvinte⁶”. A informalidade é resultado da intimidade, como aponta Berry (2019), e é dessa forma que o podcast tem proporcionado a ascensão de um outro personagem central nos relatos jornalísticos: o do próprio jornalista.

⁶ No original: podcasting is fomenting a new, more informal, genre of audio narrative feature centred on a strong relationship between host and listener.

Vê-se, então, o rápido crescimento do jornalismo confessional que “é impulsionado pelas recentes experimentações em formatos e gêneros proporcionadas pelo podcast, liberado das convenções e prazos da transmissão radiofônica” (LINDGREN, 2020, p. 114). O relato do jornalista em primeira pessoa não descumpra o contrato com o público de apurar os fatos e relatá-lo da maneira mais fiel possível, a observação pessoal age como uma forma de aprofundamento dessa investigação.

As narrativas jornalísticas em podcast têm sido marcadas por um forte envolvimento pessoal do narrador, principalmente porque muitas dessas produções nascem ancoradas em motivações pessoais. No “O Caso Evando⁷”, por exemplo, o apresentador Ivan Mizanzuk relata que se lembra de como era comum o desaparecimento de crianças no Paraná durante a década de 1990: “Eu tinha a mesma idade que Guilherme e via suas fotos em todos os locais que ia com meus pais. Então aquelas lições que recebemos quando crianças, do tipo ‘não fale com estranhos’, ganharam uma conotação especial na época. Pelo menos pra mim” (O CASO, 2018).

Mizanzuk se interessa por um caso especial de desaparecimento ocorrido em 1992, o do menino Evandro Ramos Caetano e é a partir desse interesse pessoal que produz o podcast. A apresentadora Branca Vianna também relata sua motivação em produzir “Praia dos Ossos⁸”:

Quando o crime aconteceu, eu tinha só 14 anos. E eu não tinha, como aliás continuo não tendo, nenhum interesse especial por histórias policiais. E muito menos por coluna de fofoca. O crime ficou famoso porque as pessoas envolvidas eram de coluna social. Mas não foi isso que me chamou a atenção. Esse caso virou um divisor de águas na vida de muitas mulheres. E foi por isso que eu quis voltar a ele, mais de quarenta anos depois. Essa não é só uma história de coluna social. Mas não deixa de ser uma história sobre a imprensa (PRAIA, 2020).

Praia dos Ossos é sobre o assassinato da socialite mineira Ângela Diniz em 1976 e como sua morte desencadeou movimentos feministas pelo país. Ambas as produções mencionadas compartilham uma abordagem pessoal dos apresentadores para contar suas histórias em áudio.

O jornalismo narrativo em podcasts coloca o narrador no centro das ações como efetivo participante da cena enunciativa, e esse apresentador usa seu protagonismo para convidar o ouvinte a testemunhar as mesmas coisas que ele presenciou durante sua apuração: “Em vários

⁷ É também conhecido como o caso “As Bruxas de Guaratuba”, refere-se ao sequestro e assassinato do garoto Evandro Ramos Caetano, em 1992, na cidade litorânea de Guaratuba no Paraná. O podcast de mesmo nome tem 36 episódios e aborda os acontecimentos em torno desse crime marcado por várias controvérsias. Foi lançado em outubro de 2018 e finalizado em novembro 2020.

⁸ Começou a ser produzido em janeiro de 2019 como o podcast de estreia da produtora Rádio Novelo, como forma de recontar o assassinato da socialite Ângela Diniz, morta em 1976 na Praia dos Ossos, na cidade de Búzios, Rio de Janeiro. Foi lançado em agosto de 2020 e tem um total de 8 episódios.

momentos, você passará pelo o que eu passei nesses últimos dois anos que venho pesquisando essa história, e chegará ao final se questionando como a realidade é frágil” (O CASO, 2018). Ou, ainda, de dividir sensações e confessar sentimentos: “Ai, gente, eu to com uma sensação muito esquisita depois de ter visto as fotos da cena do crime” (PRAIA, 2020).

O relato em primeira pessoa em podcasts narrativos tensiona procedimentos tradicionais do jornalismo sem abrir mão da apuração e do compromisso em retratar o fato da forma mais fiel possível. Como nos lembra Coward (2013, p. 11, tradução nossa), “embora o jornalismo em primeira pessoa pareça ter vindo do coração, ele é, assim como qualquer outro tipo de escrita, construído em convenções⁹”.

Ao buscar contextualizar o acontecimento, o jornalista não se priva, inclusive, de relatar o quanto o jornalismo pode ter um discurso incompleto, assim como é o conhecimento sobre a realidade, sem que isso inviabilize a seriedade do trabalho: “É difícil entender por que a história do Pierre durou tanto. Eu só consigo pensar que talvez tivesse uma vontade generalizada de achar algum motivo pro crime além do ciúme exagerado do Doca” (PRAIA, 2021). A incerteza do narrador torna-se um recurso narrativo que desfaz a ideia de que o jornalismo tem que oferecer todas as respostas para as questões sociais.

Uma outra circunstância em que o jornalista recorre ao relato em primeira pessoa é para transparecer os processos de apuração e explicar suas escolhas jornalísticas: “Essa gravação foi feita em junho de 2019. Naquele mês, eu fui pra Búzios com a Flora Thomson-DeVeaux, pesquisadora deste podcast” (PRAIA, 2020); ou como em “Eu obtive esse áudio de uma fita de VHS antiga, por isso a qualidade não está das melhores” (O CASO, 2018); e “Eu vou adaptar um trecho de uma matéria que saiu no extinto jornal Hora H de Curitiba do dia 17 de abril de 98” (O CASO, 2018).

O jornalismo em primeira pessoa propõe uma ruptura com as técnicas tradicionais, no entanto, não rompe com o compromisso de apuração e verificação das informações. Ele coloca em cheque a ideia de que há apenas uma verdade a ser relatada e que esta é livre de interpretações subjetivas. Com base nas observações que realizamos, identificamos o predomínio da primeira pessoa no jornalismo narrativo em podcast nas seguintes circunstâncias:

⁹ No original: Although first-person journalism appears as if coming unmediated from the heart, it is, just like any other kind of writing built, in conventions.

-
- a) **Explicar qual seu envolvimento com o fato narrado** – Deixa transparente para o ouvinte até que ponto o jornalista está envolvido na história relatada e quais são seus interesses em explorá-la. Isso contraria o princípio de neutralidade, mas demonstra que o interesse pelo tema proporciona um aprofundamento nas investigações e maior contextualização do fato.
 - b) **Compartilhar seus sentimentos e sensações com os ouvintes** – O tom confessional e de conversa informal usados pelo narrador fortalece o vínculo com o ouvinte – já que ele soa como um amigo relatando um caso –, criando, assim, uma sensação de intimidade que conduz as histórias. Isso vai de encontro com os princípios da objetividade, que prega um texto direto e pontual, mas faz com que o ouvinte desenvolva laços afetivos e de confiança, o que favorece uma fidelização ao programa.
 - c) **Demonstrar as próprias limitações do jornalismo em encontrar a verdade dos fatos** – Apesar de toda a apuração, algumas perguntas podem ficar sem respostas. Assumir isso contribui para a integridade do campo. O jornalista, com sua subjetividade, ressalta incompletudes e lacunas que não podem ser preenchidas pelo jornalismo e isso só faz com que seu relato ganhe mais veracidade. É também a comprovação de que a imparcialidade por si só não garante uma visão completa do acontecimento.
 - d) **Explicar os processos de apuração e as decisões tomadas na construção do produto** – Ao recorrer ao relato em primeira pessoa nessa circunstância, podemos compreender como os próprios jornalistas lidam com a apuração dos fatos. O jornalista passa a ser sujeito da narrativa e ao enfatizar e discorrer sobre os processos jornalísticos torna, também, o jornalismo um personagem da própria história.

Ao mesmo tempo em que usa a primeira pessoa para construir sua narrativa, o jornalista deixa claro até que ponto a história interessa a ele, quais são suas relações com o caso, reforça até o ponto onde o jornalismo consegue apurar determinada informação e esclarece quais são suas escolhas ao selecionar determinado material para a construção do podcast, oferecendo maior compreensão do processo jornalístico. Dessa forma, confirma-se a nossa hipótese de que ao usar a primeira pessoa, é possível que o jornalista também reforce códigos deontológicos da profissão.

Com base nesse estudo, percebe-se, ainda, que o podcast narrativo tem, cada vez mais, se tornado uma produção marcada por um texto autoral que, obviamente, depende do narrador para emergir. O sujeito que constrói o relato rompe com padrões discursivos e tem sua

subjetividade trazida à tona como um elemento enriquecedor da narrativa, e não como um desvio da seriedade e da responsabilidade jornalística de veicular informação.

Considerações finais

O jornalismo possui uma natureza dinâmica que passa por constantes processos de transformação, sem, no entanto, abrir mão de seus parâmetros fundantes: o pressuposto da verdade, divulgação da informação correta, a liberdade de expressão, entre outros. É com base nisso que Deuze e Witschge (2016) defendem que a ideologia ocupacional da profissão permite que muitos “jornalisms” diferentes possam florescer.

Dessa forma, reconhecemos que os valores de objetividade, neutralidade e imparcialidade possuem um importante papel no processo de construção do campo, principalmente no modo em que o jornalismo é socialmente aceito, mas neste trabalho a proposta foi expandir a reflexão sobre as formas que as produções informativas podem assumir sem que os princípios deontológicos da profissão sejam feridos. Vimos que a objetividade e a neutralidade não são métodos exclusivos para garantir um jornalismo íntegro e que a imparcialidade, por si só, não garante um relato completo do acontecimento.

Reconhecemos, também, que a subjetividade foi sempre constituidora do texto jornalístico, mas ela se evidencia em determinadas narrativas e ganha cada vez mais destaque nos podcasts. É possível alcançar a objetividade – enquanto correspondência do relato jornalístico com a realidade – através da subjetividade do narrador, já que a verdade está no processo de autenticidade da construção da informação, cumprindo, assim, o imperativo ético e deontológico fundante da atividade jornalística.

Lindgren (2020) nos lembra que o jornalismo narrativo pessoal em áudio pode ser conceituado como uma metamorfose de formatos de rádio em plataformas de podcast. Em diversas situações, para que se compreenda as estratégias narrativas desse novo formato de mídia, basta olhar para o passado. O podcast tem se firmado também como um meio de comunicação e expressão – não se limitando apenas a um veículo de informação – tal como apontava Arnheim (2005) sobre o rádio ainda na década de 1930.

Referências

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial. In: **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, p. 32-89, mai/jun 2003.

ARNHEIM, Rudolf. O diferencial da cegueira: estar além do limite dos corpos. In: MEDITSCH, Eduardo (Org). **Teorias do Rádio - Vol I**. Florianópolis: Insular, 2005.

BERRY, Richard. **Mapping podcasts**. Radio & Podcast Academic, Sunderland (UK), 28 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://richardberry.eu/mapping-podcasts/>. Acesso 24 mar. 2021.

COWARD, Rosalind. **Speaking Personally: the Rise of Subjective and Confessional Journalism**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2013.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **O que o jornalismo está se tornando?** Parágrafo, v. 4, n. 2, jul/dez, 2016. p. 7-21.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, Fatos e Interesse: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GUERRA, Josenildo. **O Percurso Interpretativo da Produção da Notícia: Verdade e relevância como parâmetro de qualidade jornalística**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracajú: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

IJUM, Jorge; SUIJKERBUIJK, Herma; SCHIMIDT, Laureane. **Jornalismo: entre o objetivo e o subjetivo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 137-148, 2008.

LINDGREN, Mia. **Jornalismo narrativo pessoal e podcasting**. Tradução: Gustavo Ferreira. Radiofonias - Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 112-136, jan./abr. 2020.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda – Convergência digital e novos desafios na radiodifusão**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio em episódios, via internet: aproximações entre o podcasting e o conceito de jornalismo narrativo**. Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación, vol. 5, número 10, pp. 74-81, 2018.

MCHUGH, Siobhan. **How podcasting is changing the audio storytelling genre**. The Radio Journal: International Studies in Broadcast and Audio Media, 14(1), 2016, 65-82.

MORAES, Fabiana. **Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral**. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, jan./jun. 2019.

O CASO Evandro: 1 – O caso Evandro. [Locução]: Ivan Mizanzuk. [S. l.]: AntiCast, 31 out. 2018. **Podcast**. Disponível em: <https://bit.ly/3e2zb92>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PRAIA dos Ossos: 1 – O crime na Praia dos Ossos. [Locução]: Branca Vianna. [S. l.]: Rádio Novelo, 21 ago. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://bit.ly/3mWFaBB>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: para além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009. p. 15-52.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estória**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131

VIANA, Luana. **O áudio pensado para um jornalismo imersivo em podcasts narrativos**. In: Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Virtual: Intercom, 2020.

VILAS BÔAS, Valéria Maria. **Jornalismo de si: subjetividade e partilha de experiências na cultura contemporânea**. Revista LOGOS - UERJ, v. 24, p. 31-45, 2017